

Privatização em estudo

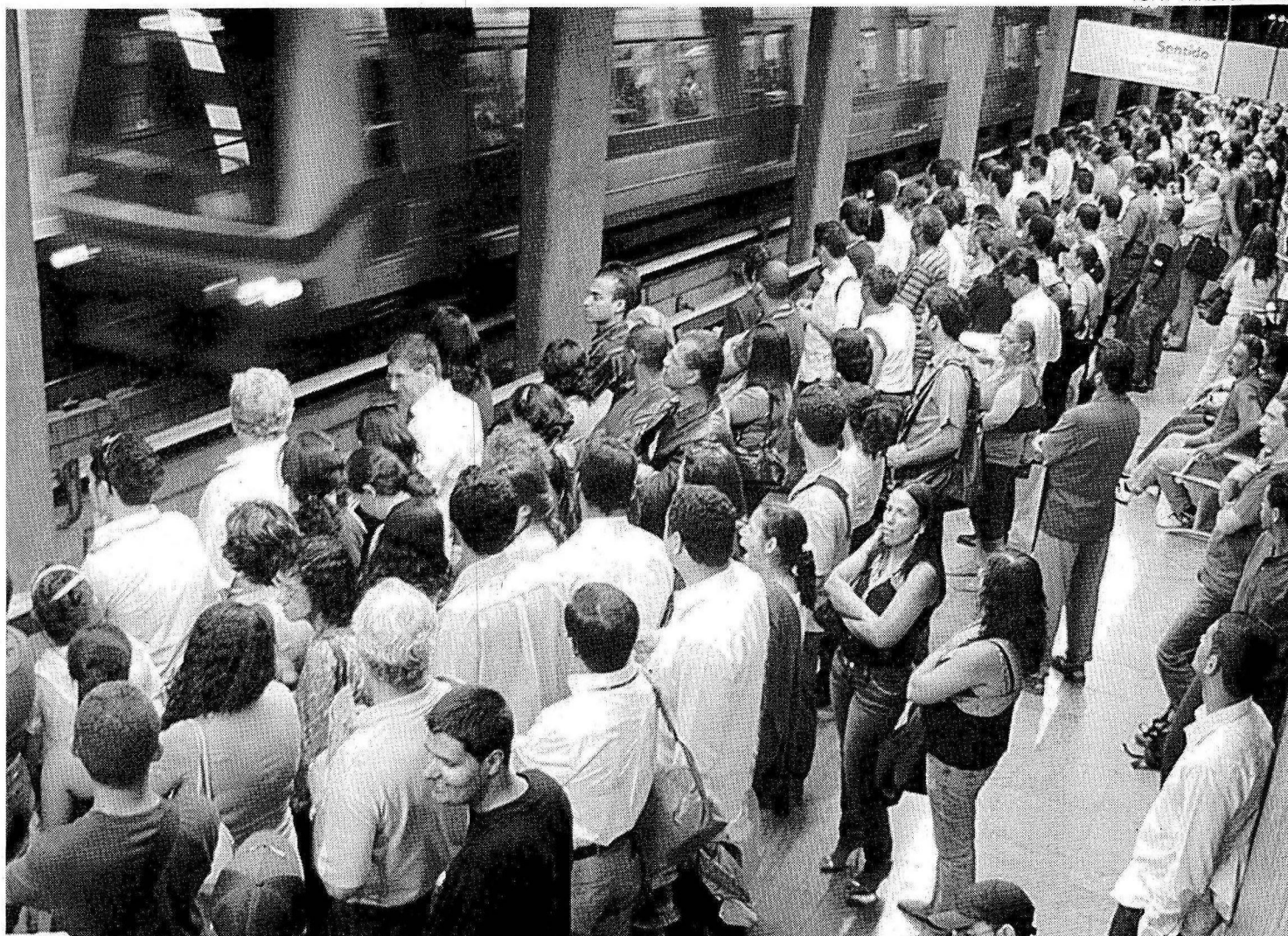
Márcia Neri

O governador José Roberto Arruda vai estudar a possibilidade de privatização do metrô de Brasília. De acordo com ele, o assunto ainda será analisado com calma, mas a medida diminuiria os custos do GDF com o sistema e evitaria os transtornos passados pela população nos últimos dias, devido à greve dos metroviários.

Apesar de o GDF ter apertado o cerco à paralisação dos trabalhadores do sistema, determinando o corte do ponto dos grevistas e liberando a Companhia do Metropolitano para contratar mão-de-obra e garantir a continuidade do serviço, o movimento grevista continua. A falta de entendimento entre a direção do metrô e os funcionários vem causando transtornos a 80 mil usuários que utilizam diariamente o trem como meio de transporte.

O diretor de Operação do Metrô, José Dimas Machado, declarou que a greve é política. "As condições salariais do DF são semelhantes às de São Paulo. Os grevistas estão aproveitando a confusão das vans para conseguir ganho financeiro", disse. A direção do Metrô também garante que a contratação de mão-de-obra terceirizada ocorrerá se os grevistas não cumprirem o acordo feito na Procuradoria Regional do Trabalho, que garante 60% da equipe trabalhando.

Por outro lado, os metroviários garantem que a greve foi a última alternativa depois de várias tentativas de negociação com a companhia e que o acordo feito na procuradoria está sendo cumprido. "Nos vários encontros que tivemos para negociar, abrimos mão de muitas cláusulas que reivindicávamos. Queremos 11,09% de reajuste



TONY WINSTO/16.05.07

■ COM A GREVE DOS METROVIÁRIOS, QUE COMPLETA SEIS DIAS HOJE, ESTAÇÕES ESTÃO FICANDO LOTADAS ESPECIALMENTE NOS HORÁRIOS DE PICO

devido a perdas salariais sucessivas", afirmou o diretor-administrativo do SindMetrô, Israel Pereira.

■ Proposta

A proposta do GDF é um reajuste de 3,09%. "A suposta contratação de mão-de-obra terceirizada fere o nosso direito de greve, que é garantido pela Constituição Federal. Se forem contratados terceirizados vamos entrar com um pedido de inconstitucionalidade", avisou o coordenador-geral do SindMetrô, Solano da Trindade.

De acordo com o sindicato,

diantes das tentativas frustradas de negociação, o dissídio será a alternativa para resolver o impasse. "Agora quem vai decidir o assunto é a Justiça. Estamos aguardando o chamado do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) para um encontro conciliatório e esperamos que o problema seja resolvido", acrescentou Pereira.

■ Situações ruins

Ontem, o governador defendeu a privatização do metrô de Brasília. "Não precisamos fazer a sociedade passar por situações ruins, como o que es-

tamos vivenciando hoje. Eu não tenho nenhum preconceito de privatizar a operação do metrô. Recebemos diversas propostas e há mais de dez empresas perfeitamente preparadas para assumir", afirmou.

O governador pediu desculpas à população pelo transtorno e reafirmou a necessidade das mudanças. "Oferecemos tudo o que tínhamos para oferecer aos metroviários. Todos os dias parados serão rigorosamente descontados. É necessário que o governo retome a gestão e o controle do sistema", explicou.

Diante das declarações do

governador, os metroviários alertaram que, antes de pensar em privatizar, é preciso concluir as obras do metrô. "Existe uma decisão judicial que determina que o metrô poderá ser privatizado somente depois da conclusão das obras", diz Pereira.

No início da noite de ontem, a assessoria jurídica da Companhia do Metropolitano do DF ajuizou um pedido de dissídio coletivo no TRT 10ª Região. Os metroviários realizam assembleia, hoje, às 10h, na Praça do Relógio, em Taguatinga, para decidir sobre os rumos do movimento que já dura seis dias.